

Os critérios do Censo produzindo estatísticas de alfabetização: gerenciar o risco e inventar pessoas

Renata Sperrhake

renata.sperrhake@gmail.com

Mestranda em Educação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Clarice Salete Traversini

clarice.traversini@gmail.com

Doutora em Educação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Resumo:

Este texto analisa algumas maneiras como a alfabetização e o analfabetismo são medidos através do saber estatístico. Utilizamos como referencial teórico os estudos foucaultianos que embasam a noção de saber estatístico como tecnologia de governamento. Os critérios escolhidos para a produção dos dados estatísticos nos Censos Populacionais brasileiros, algumas produções acadêmicas e publicações do IBGE relativas à alfabetização e ao analfabetismo compuseram o campo empírico. Como resultados, apontamos: a) o critério *autoavaliação* do Censo, associado com faixa etária, situação de domicílio, sexo, regiões e rendimento *per capita* identifica faixas da população de risco social que precisam ser gerenciadas; b) do critério *anos de estudo* do Censo emerge a categoria que inventa um novo tipo de pessoa: o *alfabetizado funcional*. Alertamos que novas categorias não podem estigmatizar o sujeito pelo uso limitado da leitura e da escrita, nem criar outros *anormais* em nossa sociedade.

Palavras-chave: alfabetização; analfabetismo; estatística.

Census criteria producing literacy statistics: managing risk and inventing people

Abstract:

This paper analyzes some ways that both literacy and illiteracy have been measured through statistic knowledge. As our theoretical basis, we used Foucauldian studies that support the notion of statistic knowledge as a technology of government. The empirical field consisted of the criteria selected for the production of statistical data by the Brazilian Population Census, some academic productions, and IBGE publications related to literacy and illiteracy. The results are the following: a) the Census 'self-evaluation' criterion, which is associated with age group, housing, gender, regions and per capita income, identifies the clusters of population under social risk that need to be managed; b) from the Census 'education' criterion has emerged the category that invents a new kind of person: the 'functional literate'. We point out that new categories should neither stigmatize the subjects due to their limited use of reading and writing, nor create other 'abnormal' individuals in our society.

Keywords: literacy; illiteracy; statistics.

“De todos os discursos e dispositivos sucessivos da loucura através da história, é impossível extrair o que é a loucura em si mesma [...]”

(Veyne, 2011, p. 73).

A epígrafe que abre este texto não diz respeito às temáticas que aqui serão abordadas, porém ela traz um entendimento acerca do conceito de loucura que pode servir para compreender a maneira como os conceitos de alfabetização, analfabetismo e alfabetismo/letramento serão tratados. Inspiradas na citação de Veyne (2011), argumentamos que, de todos os discursos e dispositivos da alfabetização (do analfabetismo e do alfabetismo/letramento), é impossível extrair o que ela é em si mesma. A perspectiva pós-estruturalista, que serve de arcabouço teórico-metodológico para esta escrita, permite que se entendam os conceitos como produzidos discursivamente; dessa forma, não existe a possibilidade de se descrever o que é, em essência, alguma coisa ou algum conceito. Alfabetização, analfabetismo e alfabetismo/letramento são produzidos a partir dos discursos que pretendem descrevê-los e analisá-los e das práticas que pretendem objetivá-los.

Dessa forma, o saber estatístico é um dos discursos mobilizados para produzir a alfabetização, o analfabetismo e o alfabetismo/letramento no decorrer da história. Entretanto o presente texto não pretende fazer uma história das relações entre saber estatístico e alfabetização, analfabetismo e alfabetismo/letramento, a partir de determinado período, mesmo sabendo que a história serial (abordagem estatística) se mostra fértil para o estudo da alfabetização, conforme aponta Ferraro (2009), citando Burke (1997). O que se objetiva é mostrar alguns dos modos pelos quais um fato social – como a alfabetização, o analfabetismo e o alfabetismo/letramento – é medido, mensurado, quantificado através do saber estatístico.

Gil (2002), em sua dissertação de mestrado, destaca “uma certa rarefação das investigações sobre as estatísticas educacionais, que se acentua quando se trata de examinar o uso de tais estatísticas nos discursos que circulam no campo educacional” (p. 25). Assim, pretendemos contribuir para os estudos sobre os usos da estatística no discurso educacional, em especial os que tratam da alfabetização, do analfabetismo e do alfabetismo/letramento.

Compartilhamos da perspectiva de Ferraro (2009), que procura tratar “as estatísticas como objeto de investigação, de questionamento, e não simplesmente como algo *dado*” (p. 15, grifo do autor). Dessa maneira, os números aqui apresentados não nos interessarão pela quantidade de analfabetos ou pelo nível de alfabetismo/letramento que pretendem expressar, e sim pela forma como eles pretendem *dar conta* dos fenômenos sociais da alfabetização, do analfabetismo e do alfabetismo/letramento. É preciso considerar que “a atividade estatística, por seus procedimentos taxionômicos, por sua necessidade de identificar formas sociais estáveis, por sua construção de categorias de classificação, participa do conhecimento e da elaboração do social” (Martin, 2001, p. 31).

Além disso, embasadas nas análises empreendidas por Michel Foucault (2008), entendemos que a estatística pode funcionar como um saber requerido para o governo da população. Assim, a

forma como são organizadas as estatísticas sobre alfabetização, analfabetismo e alfabetismo/letramento podem direcionar as possíveis ações de governmentação sobre determinados segmentos populacionais.

Saber estatístico como tecnologia de governmentação

Nesta seção, explicitaremos nossa compreensão sobre *saber* e *estatística* para compor a noção de *saber estatístico*, e de que modo este pode ser entendido como uma tecnologia de governmentação. Para vincular saber estatístico com os discursos da alfabetização e do analfabetismo, trataremos tais discursos como invenções.

Começamos pelo saber. Entendemos por esse termo a “capacidade de discernir, diferenciar, separar. Não se trata simplesmente de conhecer ou tomar conhecimento, mas de fazer escolhas, decidir, aceitar ou rejeitar, gostar ou não gostar, exercer o juízo sobre algo ou sobre uma situação” (Veiga-Neto; Noguera, 2010, p. 7). A partir disso, infere-se que a ação é exercida por alguém e que o saber depende mais do sujeito, da sua capacidade de julgar, do que do objeto externo, foco de sua ação.

A respeito da estatística, Memória (2004, p. 10) define-a como um conjunto de métodos apropriados ao “tratamento de dados numéricos afetados por uma multiplicidade de causas”. Esses métodos ou técnicas podem variar em graus de aprofundamento e sofisticação ou serem agrupados em “*estatística descritiva* (indicadores de tendência central, de dispersão, de análise de variação) e *estatística matemática* (probabilista)” (Besson, 1995, p. 17, grifos do autor). Besson (1995) aponta que a estatística é uma técnica universal, uma vez que muitas disciplinas, em diversos países, utilizam os mesmos instrumentos. Já na perspectiva foucaultiana, a estatística é significada como um dispositivo biopolítico de controle da população, que emerge no Estado moderno para substituir o modelo de governar baseado na família (Foucault, 2008). Em outras palavras, a estatística possibilita o deslocamento da forma de governar centrada na família para uma forma de governar centrada nas regularidades dos fenômenos vividos pela população.

Portanto a capacidade de julgamento do sujeito sobre fatos objetivados pelos métodos estatísticos – saber estatístico – opera como uma tecnologia de governmentação¹, conforme nossas pesquisas têm apontado (Traversini; Bello, 2010; Sperrhake, 2011; Sperrhake; Traversini, 2012). Tal tecnologia atua como instrumento de uma racionalidade governamental (racionalidade neoliberal, na atualidade) que produz números, índices e taxas utilizados para conduzir modos de ser e agir de cada indivíduo em particular e da população como um todo, para alcançar determinados fins.

De acordo com Trindade (2004), a produção acadêmica na área da alfabetização pode ser vista como “invenções”, traçando uma sucessão de verdades (provisórias, portanto) a respeito do que é alfabetizar, ler, escrever, quais as maneiras para se chegar ao aprendizado da leitura e da escrita, quais usos se podem fazer dessas habilidades etc. Da mesma forma, a produção dos números (ou a produção estatística dos números) acerca do que é ser alfabetizado, analfabeto ou ter diferentes níveis de letramento/alfabetismo também pode ser vista como inventada e pautada pelas condições

¹ Veiga-Neto (2002) propõe a utilização de governmentação, diferenciando-o de governo.

históricas nas quais foram/são gestadas. Essas invenções, em certa medida, procuram responder a necessidades específicas de seu tempo. Podemos dizer que uma dessas necessidades era a administração da vida da população, quando esta passou a ser imprescindível para manter, gerir e fazer prosperar o Estado-Nação.

Assim, a escolarização e a alfabetização tornaram-se importantes instrumentos de gerenciamento da população. Isso porque as estatísticas de escolarização e alfabetização tornaram possíveis taxionomias e interpretações que, disponibilizadas aos diferentes setores governamentais, geram prioridades à administração pública.

Alfabetização, analfabetismo e estatísticas: alguns critérios para sua produção

“As taxas de alfabetização, na verdade, são vistas como indicadores da saúde da sociedade e como um barômetro do clima social. Em consequência, o analfabetismo assume significado simbólico, refletindo um desapontamento não apenas com o funcionamento do sistema educacional, mas como a própria sociedade”
(Cook-Gumperz, 1991, p. 11).

A produção dos números que pretende medir os fenômenos sociais da alfabetização e do analfabetismo está presente no cenário brasileiro desde o primeiro recenseamento nacional, realizado em 1872, durante o Segundo Reinado. Essa constatação já nos aponta um elemento interessante: a alfabetização e o analfabetismo estão entre os elementos privilegiados quando se trata da mensuração da educação desde há muito tempo.

Além disso, a respeito do parágrafo anterior, alguns aspectos merecem ser explicados. Primeiramente, quanto à opção por tratar alfabetização e analfabetismo como fenômenos diferentes, e não como faces de uma mesma moeda, Ferraro (2009, p. 21) aponta que “nem o analfabetismo se reduz a simples ausência de alfabetização ou a mero desconhecimento da técnica de ler, escrever e contar, nem a alfabetização se limita a aprendizagem e domínio da técnica de ler, escrever e contar”. Esse entendimento decorre das diferentes significações atribuídas aos sujeitos desses discursos: os alfabetizados e os analfabetos. Assim, uma pessoa alfabetizada teria à sua disposição a possibilidade de utilizar essa habilidade (ler e escrever) em situações socialmente aprovadas, enquanto que uma analfabeta estaria privada disso². Tal argumentação remete a um segundo aspecto a ser considerado: tratar os fenômenos da alfabetização e do analfabetismo como socialmente construídos (Cook-Gumperz, 1991). A demanda (política e governamental) pela alfabetização da população mostra que esta esteve associada ora ao progresso da nação, ora a um temor a respeito da extensão

² Advertimos o leitor que sabemos da possibilidade de uma pessoa analfabeta participar de situações em que a leitura e a escrita são demandadas. Entretanto não podemos perder de vista que nas sociedades grafocêntricas essas habilidades são cada vez mais requeridas e valorizadas.

dos seus efeitos³. A questão do analfabetismo como um problema nacional também foi social e politicamente construída. Ferraro (2002, 2004) aponta que o analfabetismo só passou a ser visto como um problema com a reforma eleitoral de 1882 (Lei Saraiva), que estabelecia a proibição do voto do analfabeto.

Com a emergência do analfabetismo como problema nacional e como categoria discursiva (Frade, 2011), ganham destaque nas discussões em torno da educação os números que pretendiam mostrar a dimensão do analfabetismo no Brasil. A respeito do estudo do analfabetismo a partir de dados numéricos, Ferraro (2009) aponta que as informações do Censo, desde 1872, apesar de apoiarem-se em critério frágil, são válidas por possibilitarem uma análise de longo prazo a respeito da educação.

A tarefa de mensuração da alfabetização e do analfabetismo está relacionada com a definição do que se entende por esses termos⁴. Longe de ser tarefa fácil, essa definição estipula os critérios que serão utilizados para a produção das estatísticas educacionais sobre alfabetização e analfabetismo. Lembramos que esses critérios sofreram modificações no decorrer do século XX, conforme veremos a seguir.

Carlos Hasenbalg, em artigo publicado no livro *Estatísticas do século XX* (2006), aborda dois tipos de estatísticas educacionais: aquelas relativas ao sistema de ensino, que trazem informações sobre o número dos estabelecimentos de ensino, corpo docente, matrículas etc., e que Ferraro (2009, p. 19) chama de “indicadores do movimento educacional”, cuja construção baseia-se “em dados extraídos dos registros de determinados eventos escolares”. O segundo tipo de estatísticas de educação (Hasenbalg, 2006) são aquelas que se referem às características da instrução da população, dentre as quais se encontram as taxas de alfabetização e analfabetismo. Ferraro (2009, p. 19) nomeia essas estatísticas de “indicadores do estado educacional” e aponta que essas informações são obtidas, principalmente, pelos Censos Demográficos e pelas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), realizados por órgãos governamentais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A respeito de as estatísticas sobre alfabetização e analfabetismo serem vistas como indicadoras do estado educacional da população, Ferraro (2009) faz uma ressalva apontando a fragilidade da informação estatística advinda dos censos brasileiros, por tomarem como critério a resposta à pergunta “Sabe ler e escrever?”, dada pelo entrevistado. No Questionário Básico do Censo de 2010⁵, podemos observar que a única informação inquirida a respeito da educação é justamente essa:

EDUCAÇÃO		
PARA PESSOA DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE		
6.11 - SABE LER E ESCREVER?		(Se tem idade maior ou igual a 10 anos, siga 6.12) (Caso contrário, passe ao 6.13)
<input type="checkbox"/> 1 - SIM	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO	

Imagem 1: Questionário Básico, Censo 2010.

3 A esse respeito, ver Carvalho (2003), *A república, a escola e os perigos do alfabeto*.

4 Definições ainda mais complicadas a partir dos estudos sobre alfabetismo/letramento, que serão abordados na próxima seção deste texto.

5 Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/coleta/questionarios>>. Acesso em: 16 nov. 2012.

É interessante notar que, ao tratar das estatísticas referentes à instrução da população de cinco anos ou mais, para os censos a partir de 1970, e ao trazer a taxa total de alfabetização, Hasenbalg (2006) coloca entre parênteses a expressão “ou analfabetismo”, o que nos permite perceber que a população era classificada em alfabetizada ou analfabeta. Obtida a taxa da alfabetização, imediatamente se obtinha também a taxa de analfabetismo. Conforme se pode perceber no excerto a seguir, a informação do IBGE corrobora o argumento acima, quando ainda mantém a expressão “taxa de alfabetização/analfabetismo”, deduzindo-se que, se por um lado, o indicador identifica uma taxa, também permite inferir a outra.

Um dos indicadores que permite identificar o nível educacional de uma população consiste na *taxa de alfabetização/analfabetismo*. No caso brasileiro, a alfabetização vem sendo investigada pelos Censos Demográficos de forma padronizada desde 1950. (IBGE, 2000, s/p, grifo nosso).

Soares (2006, p. 89) aponta que, “em levantamentos censitários, questões práticas exigem que o letramento seja tratado como uma variável discreta e não contínua”; sendo assim, é inevitável usar as categorias dicotômicas “alfabetizado” e “analfabeto”⁶. Os critérios então utilizados pelo Censo para a *coleta*⁷ de dados sobre alfabetização e analfabetismo são a autoavaliação (resposta à pergunta já citada) e conclusão de uma determinada série escolar (anos de estudo), também declarada pelo respondente do questionário⁸. Abordaremos primeiramente o critério da autoavaliação com base na resposta da pergunta anteriormente mencionada.

a) O critério *autoavaliação*: o critério utilizado pelo Censo para a produção da taxa de analfabetismo era, até a metade do século XX, a escrita do nome: considerava-se analfabeta a pessoa que declarasse não saber escrever o próprio nome. A partir da década de 1950, por uma exigência da Unesco, esse critério mudou, passando a ser considerada analfabeta a pessoa que declara não saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece. O que podemos questionar é que, apesar de o critério ser a leitura e a escrita de um bilhete simples, esse critério não aparece no questionário do Censo. Soares (2006, p. 92) questiona justamente esse aspecto: a falta de “qualquer referência ao o *quê* a pessoa é capaz de ler e escrever ou à *compreensão* do que é lido ou escrito”.

Segundo critérios do IBGE, retirados do glossário do livro *Síntese de Indicadores Sociais* (2010), temos a seguinte definição:

taxa de analfabetismo - Porcentagem de pessoas analfabetas de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. É considerada analfabeta a pessoa que declara não saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece. Aquela que apreendeu a ler e escrever, mas esqueceu, e a que apenas assina o próprio nome é, também, considerada analfabeta. (IBGE, 2010, s/p).

Ao se analisar a publicação do IBGE a respeito do Censo 2010, intitulada *Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios – Resultados do universo*⁹, observa-se que um dos

6 Dicotômicas porque se entende que existe uma ampla gama de alfabetizações, analfabetismos e alfabetismos/letramentos.

7 Grifamos a palavra coleta por entendermos que os dados não estão à espera de alguém que os colete. Entendemos que os dados são produzidos.

8 Cabe destacar que as perguntas do Censo são respondidas por um morador de cada domicílio, que responde por todos os outros.

9 Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2012.

resultados analisados diz respeito à alfabetização. Dentre os aspectos levantados nessa publicação, podemos destacar as articulações feitas nos textos, nas tabelas, nos gráficos, entre alfabetização e analfabetismo e outros critérios que parecem determinar essas características da população. Assim, a primeira articulação apresentada é entre taxa de analfabetismo e idade: “Os resultados do Censo Demográfico 2010 mostraram que, no país, havia 14,6 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade que não sabiam sequer ler e escrever um bilhete simples, sendo de 9,0% a taxa de analfabetismo deste contingente” (IBGE, 2011, s/p).

Ainda a respeito dessa primeira articulação, são apresentados outros números por faixas etárias (entre 15 e 18 anos, acima de 15 anos etc.) e um gráfico demonstrando a *tendência de declínio* de taxa de analfabetismo.

A segunda articulação apresentada refere-se à taxa de analfabetismo e situação de domicílio (área urbana e rural). Aliado a esses dois elementos, inclui-se também a variável faixa etária. Uma terceira articulação apresentada é taxa de analfabetismo e sexo e, adicionalmente, faixa etária. O gráfico abaixo, retirado da publicação, exemplifica as diversas variáveis que são articuladas na produção da taxa.

Tabela 16 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade e de 15 anos ou mais de idade, por sexo, situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil - 200/2010

Ano	Taxa de analfabetismo (%)				
	Total	Sexo		Situação do domicílio	
		Homens	Mulheres	Urbana	Rural
10 anos ou mais de idade					
2000	12,8	13,2	12,5	9,6	27,7
2010	9,0	9,4	8,7	6,8	21,2
10 a 14 anos de idade					
2000	7,3	9,1	5,3	4,6	16,6
2010	3,9	5,0	2,7	2,9	8,4
15 anos ou mais de idade					
2000	13,6	13,8	13,5	10,2	29,8
2010	9,6	9,9	9,3	7,3	23,2

Fonte: IBGE, 2011.

Posteriormente, a publicação apresenta a taxa de analfabetismo por regiões e as reduções nos índices desde o Censo de 2000. Aqui também são trazidos dados por faixa etária.

Tabela 17 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade e de 15 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 200/2010

Grandes Regiões	Taxa de analfabetismo (%)					
	2000	2010	Situação do domicílio			
			Urbana		Rural	
			2000	2010	2000	2010
10 anos ou mais de idade						
Brasil	12,8	9,0	9,6	6,8	27,7	21,2
Norte	15,6	10,6	10,4	7,4	28,7	20,0
Nordeste	24,6	17,6	18,3	13,3	39,5	29,8
Sudeste	7,5	5,1	6,5	4,5	17,2	13,4
Sul	7,0	4,7	6,0	4,1	11,2	8,2
Centro-Oeste	9,7	6,6	8,5	5,8	18,0	13,3
15 anos ou mais de idade						
Brasil	13,6	9,6	10,2	7,3	29,8	23,2
Norte	16,3	11,2	11,2	7,9	29,9	21,3
Nordeste	26,2	19,1	19,5	14,3	42,7	32,9
Sudeste	8,1	5,4	7,0	4,8	19,3	14,7
Sul	7,7	5,1	6,5	4,4	12,5	9,0
Centro-Oeste	10,8	7,2	9,4	6,3	19,9	14,6

Fonte: IBGE, 2011.

Por último, são trazidas as taxas de analfabetismo por rendimento nominal mensal domiciliar per capita.

Tabela 19 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões, segundo as classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* - 2012

Classes de rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> (salário mínimo) (1)	Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares permanentes (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (2)	9,0	10,6	17,6	5,0	4,7	6,6
Sem rendimento a 1/4 (3)	17,6	16,7	23,2	9,2	8,9	12,0
Mais de 1/4 a 1/2	12,3	10,9	18,8	7,7	7,5	9,1
Mais de 1/2 a 1	10,1	9,8	18,8	6,8	6,8	8,8
Mais de 1 a 2	3,5	4,0	6,1	3,0	2,9	3,8
Mais de 2 a 3	1,2	1,7	2,0	1,1	1,0	1,4
Mais de 3 a 5	0,7	1,1	1,2	0,6	0,5	0,8
Mais de 5	0,4	0,8	0,9	0,3	0,3	0,4

Fonte: IBGE, 2011.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do(a) empregado(a) doméstico(a).

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00. (2) Inclusive as pessoas sem declaração de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*. (3) Inclusive as pessoas com rendimento domiciliar *per capita* somente em benefícios.

Faixa etária, situação de domicílio, sexo, regiões e rendimento per capita. São essas as características destacadas pela publicação ao se apresentarem os dados sobre alfabetização e analfabetismo. E, diante disso, podemos questionar: por que são escolhidas essas características? Que conhecimentos é preciso produzir sobre essa parcela da população para gerenciar futuros riscos sociais?

A primeira análise que fazemos é a seguinte: a publicação do IBGE menciona, diversas vezes, a expressão *nível de alfabetização* e, inclusive, o título da seção analisada é *Alfabetização*. Porém, quando se mostra o dado numérico, ele é nomeado *taxa de analfabetismo*, corroborando a argumentação de Frade (2011, p. 181): “não é a alfabetização que aparece como fenômeno visível”, e sim o analfabetismo. A literatura da área nos mostra que a ênfase nos aspectos da ausência das habilidades de leitura e

escrita predomina sobre os aspectos de presença das mesmas entre a população. Sobre isso, Soares (2006, p. 79) aponta que, no português do Brasil, circulam há muito tempo termos como *analfabeto* e *analfabetismo*, e que “só recentemente foram criados termos equivalentes a *literacy* – ‘alfabetismo’ e ‘letramento’”. A explicação dada pela autora é que são as demandas sociais de comportamento letrado que impulsionam a criação e – adicionamos – a utilização de outros termos.

A segunda análise possível que fazemos a respeito do predomínio do analfabetismo nos dados numéricos é que este pode ser tomado como problemático e representa um risco para o desenvolvimento social do país. Traversini (2003, p. 111) argumenta que a invenção do risco possibilitou a classificação de espaços e indivíduos segundo determinadas características tidas como problemáticas: “com a invenção da noção de risco, passou-se a considerar que algumas ações podem ser realizadas para prevenir e evitar perigos e ameaças, obtendo uma sensação de domínio da insegurança e da incerteza”. Desse modo, evidenciar a faixa etária da população analfabeta, se são homens ou mulheres, a sua localização e rendimento *per capita*, constitui determinadas faixas da população como sendo de risco social. Com esse conhecimento sobre a população, agora classificada dessa forma, incidem políticas públicas com a finalidade de geri-las e preveni-las de possíveis situações de desemprego, criminalidade, carência de saúde, baixa escolarização etc.

b) Critério *anos de estudo*: Outro critério utilizado pelo Censo para *coletar* dados sobre educação está presente no *Questionário da Amostra*¹⁰, respondido por uma parcela da população, e consiste nos *anos de estudo*. Essa informação é inquirida a quem frequenta a escola ou creche com o seguinte questionamento: “Qual série/ano que frequenta?”. A quem não frequenta escola ou creche, mas já frequentou, pergunta-se: “Qual foi o curso de nível mais elevado que frequentou?”. Hasenbalg (2006, p. 109) aponta que, quando são trazidos os dados da população com 10 anos ou mais de idade, “passa-se do critério básico de alfabetização para os anos de estudo efetivamente completados pelas pessoas”, e o IBGE toma como base de cálculo a População Economicamente Ativa (PEA). Nessa faixa de idade, passa-se a falar em analfabetos funcionais. Trazendo novamente os critérios do IBGE, do glossário do livro *Síntese de Indicadores Sociais* (2010), temos:

alfabetização funcional - Alfabetização definida operacionalmente, segundo critérios da Unesco e do Mobral, como o domínio de habilidades em leitura, escrita, cálculos e ciências, em correspondência a uma escolaridade mínima de quatro séries completas (antigo ensino primário).

taxa de analfabetismo funcional - Porcentagem de pessoas de uma determinada faixa etária que tem escolaridade de até 3 anos de estudo em relação ao total de pessoas na mesma faixa etária. (IBGE, 2010, s/p).

Entre os autores que estudam os fenômenos da alfabetização e do analfabetismo, a categoria da funcionalidade (alfabetização funcional, analfabetismo funcional) não aparece como algo consensual. Soares (2006) esclarece que esse termo advém de uma interpretação acerca da alfabetização e do analfabetismo/letramento, difundida a partir dos estudos de Gray (1956), que entende que as habilidades de leitura e escrita não podem ser dissociadas dos seus usos sociais; dessa forma, enfatiza-se a natureza pragmática do analfabetismo/letramento. Cabe destacar ainda que esse uso das habilidades de leitura

10 Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/images/pdf/censo2010/questionarios/questionario_amostra_cd2010.pdf>. Acesso: em 16 nov. 2012

e escrita está vinculado às atividades letradas, que são demandadas pelas diferentes culturas dos grupos sociais.

A categoria funcionalidade, “como atributo essencial das habilidades de leitura e escrita” (Soares, 2006, p. 73), foi utilizada pela Unesco para padronizar internacionalmente as estatísticas educacionais. Em 1978, na Conferência Geral da Unesco, introduziu-se o conceito de *pessoa funcionalmente letrada*:

Uma pessoa é funcionalmente letrada quando pode participar de todas aquelas atividades nas quais o letramento é necessário para o efetivo funcionamento de seu grupo e comunidade e, também, para capacitá-la a continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo para seu desenvolvimento e o de sua comunidade. (UNESCO, 1978, p. 1 *apud* Soares, 2006, p. 73).

Ferraro (2002), ao utilizar o critério *anos de estudo* para propor níveis de alfabetização, evita usar os termos alfabetização funcional e analfabetismo funcional, pois

Sua adoção acarretaria, entre outras dificuldades, a criação de tantos critérios, ou medidas de analfabetismo funcional e de alfabetização funcional, quantos, por exemplo, os níveis de desenvolvimento dos diferentes países ou regiões, assim como os níveis de demanda de leitura e escrita postos pelas mais diversas profissões. (Ferraro, 2002, p. 37).

A respeito da utilização do critério *anos de estudo* para classificação da alfabetização funcional das pessoas ou para a atribuição de níveis de alfabetização ou analfabetismo/letramento, Soares (2006, p. 96) argumenta que

avaliar ou medir o letramento com base no número de anos de escola fundamental concluídos é reconhecer que é gradualmente que as pessoas passam do analfabetismo, do não letramento, ao letramento, e que isso ocorre ao longo de um certo período de tempo e através de vários estágios (Soares, 2006, p. 96).

As categorias acima discutidas, por mais controversas que sejam, apontam para uma questão: o que levou à emergência de uma categoria a respeito da alfabetização das pessoas, que há 30 ou 40 anos não existia? É importante observar que pessoas com diferentes experiências de leitura e escrita existiam anteriormente à classificação, mas só passaram a ser nomeadas dessa maneira a partir da criação de tais categorias.

Considerações finais

Retomamos ao final o objetivo a que nos propusemos neste artigo: mostrar algumas das maneiras como os fenômenos sociais da alfabetização e do analfabetismo são medidos, mensurados, quantificados através do saber estatístico. Como *achados* deste nosso estudo, evidenciamos dois critérios que o Censo Populacional utiliza na produção das taxas e dos índices referentes à alfabetização e ao analfabetismo. O primeiro deles foi a autoavaliação, baseada na resposta da pergunta “Sabe ler e escrever?” feita pelo IBGE a um morador de cada domicílio. A partir desse critério básico de alfabetização, é calculada a taxa de analfabetismo, que pode ser associada a diversas características da população, tais como: faixa etária, situação de domicílio, sexo, regiões e rendimento *per capita*. O cruzamento dessas informações permite identificar faixas da população que o poder público precisa priorizar para alcançar ou manter o desenvolvimento do país.

O segundo critério, *anos de estudo*, faz parte do Questionário da Amostra do Censo e é analisado por Ferraro (2002) e Soares (2006) como uma forma de classificação das habilidades de leitura e escrita da população, baseada na funcionalidade. Esse aspecto levou a Unesco, na década de 1970, a produzir a categoria *pessoa alfabetizada funcionalmente*.

Nosso principal tensionamento se refere a essa emergência. Inspiradas em Hacking (2009), podemos lançar a hipótese de que a classificação da pessoa como funcionalmente alfabetizada (ou analfabeta) coloca em operação as próprias classificações, as pessoas classificadas, as instituições, os especialistas e o conhecimento demandado. Explicando: as classificações visibilizam a nova categoria produzida, no caso, o alfabetismo funcional; as pessoas precisam se reconhecer como pertencentes a essa categoria; instituições e especialistas conferem legitimidade a ela, que, por sua vez, é produzida a partir de determinados conhecimentos. Estes, vão se sofisticando, tornando as pessoas e suas características cada vez mais passíveis de detalhamento. É na interação desse conjunto de aspectos que se percebe como o saber estatístico tem efeitos nos “modos como as pessoas são entendidas, governadas e veem a si mesmas” (Hacking, 2009, p. 115).

Se nossa forma de pensar for plausível, questionamos: o aumento do acesso à escolarização, a permanência por mais tempo na escola, a exigência de habilidades de leitura e escrita mais complexas pela sociedade seriam justificativas para novas classificações? Qual o objetivo em visibilizar esses novos tipos de pessoa? Serão realizadas ações para aumentar sua escolarização com outros formatos? Que representações culturais estão sendo produzidas sobre o alfabetizado funcional?

Essas perguntas podem não ter respostas de imediato, entretanto consideramos pertinente que permaneçam no horizonte de estudiosos da área, para que a emergência de novas classificações não estigmatize ainda mais o sujeito pelo uso limitado das habilidades de leitura e escrita no seu contexto social, nem crie mais uma categoria de *anormais* em nossa sociedade.

BESSON, Jean-Louis. **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A república, a escola e os perigos do alfabeto. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p.143-164.

COOK-GUMPERZ, Jenny. Introdução: a construção social da alfabetização. **A construção social da alfabetização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p.11-26.

FERRARO, Alceu Ravello. Analfabetismo e Níveis de Letramento no Brasil: o que dizem os Censos?. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002.

_____. História quantitativa da alfabetização no Brasil. In: RIBEIRO, Vera Masagão. **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF**. São Paulo: Global, 2003. p.195-207.

_____. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 179-199, jul/dez 2004.

_____. **História Inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. História da alfabetização e da cultura escrita: discutindo uma trajetória de pesquisa. In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo (Org.). **Alfabetização no Brasil**: uma história de sua história. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011. p. 177-200.

GIL, Natalia. **Razão em números: a presença das estatísticas nos discursos educacionais divulgados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1952)**. São Paulo, SP. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

HACKING, Ian. **Ontologia histórica**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009.

HASENBALG, Carlos. Estatísticas do século XX: educação. In: IBGE. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE. **Tendências Demográficas**: uma análise do resultado da amostra do Censo Demográfico 2000. 2004.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**. 2010.

_____. **Censo Demográfico 2010**: características da população e dos domicílios – Resultados do universo. 2011. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf - Acesso em: 16/11/2012.

MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol.21, n. 41, p. 13-34, 2001.

MEMÓRIA, José Maria Pompeu. **Breve história da estatística**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SPERRHAKE, Renata. **A produção de sujeitos e de efeitos quando o saber estatístico se vincula aos discursos da alfabetização, do analfabetismo e do alfabetismo/letramento**. Proposta de dissertação (mestrado). Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 2011.

SPERRHAKE, Renata; TRAVERSINI, Clarice Salete. O uso do saber estatístico nos discursos acadêmicos da alfabetização. **Revista Ação & Reflexão**. 2012. No prelo.

TRAVERSINI, Clarice Salete. **Programa Alfabetização Solidária**: o governmento de todos e de cada um. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

TRAVERSINI, Clarice; BELLO, Samuel Edmundo L. O numerável, o mensurável e o auditável: estatística

como tecnologia para governar. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 34, n. 2, mai/ago, 2009.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. A invenção de múltiplas alfabetizações e (an)alfabetismos. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 125-142, jul/dez 2004.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas de Governo... In: RAGO, M; ORLANDI, L. B.; VEIGANETO, A. (Orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nitezschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-34

VEIGA-NETO, Alfredo; NOGUERA Carlos Ernesto. Conhecimento e Saber-apontamentos para os Estudos de Currículo. Simpósio Políticas de Currículo - **XV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino** — XV ENDIPE. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VEYNE, Paul. **Foucault, seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Recebido em novembro de 2012

Aprovado em novembro de 2012